



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 34, DE 9 DE JULHO DE 2025  
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

1 Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas,  
2 realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação – CNE,  
3 situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e,  
4 virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão de Trabalho da Câmara  
5 de Educação Básica – CEB com a presença dos Conselheiros Heleno Manoel Gomes de  
6 Araújo Filho (Vice-Presidente), Cleunice Matos Rehem, Gastão Dias Vieira, Israel Matos  
7 Batista, Leila Soares de Souza Perussolo, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e, de forma  
8 virtual, dos Conselheiros Antônio Cesar Russi Callegari, Givânia Maria da Silva, Ilona  
9 Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Márcia Teixeira Sebastiani, registrada  
10 ausência das Conselheiras Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (Presidente) e Kátia  
11 Helena Serafina Cruz Schweickardt (membra nata). Inicialmente, com presença do  
12 convidado Antônio Roberto Silva Pasin, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e  
13 do Adolescente – Conanda e, de forma virtual, dos convidados Alessio Costa Lima,  
14 Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; Ana  
15 Valeria Dantas, Coordenadora-Geral de Estratégia da Educação Básica, da Secretaria de  
16 Educação Básica - SEB/MEC; Alessandra de Souza Pinheiro e Andreia Martins de  
17 Oliveira, ambas da Redes da Maré; Antonio Carlos do Patrocínio, do Conselho Nacional  
18 dos Secretários de Educação – Consed; Caio de Oliveira Callegari, Coordenador-Geral  
19 de Equidade Educacional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens  
20 e Adultos, Diversidade e Inclusão – Secadi/MEC; Elisete Silva Machado, Presidente do  
21 Conselho Estadual de Educação – CEE/AC e representante do Fórum Nacional dos  
22 Conselhos Estaduais e Distrital de Educação – Foncede; Ester Carvalho, da União  
23 Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme; Fernanda Antônia da Fonseca  
24 Sobral, do Fórum Nacional de Educação – FNE e do Conselho Nacional do Ministério  
25 Público - CNMP; Josseane Costa, da Secretaria Municipal de Educação de Manaus –  
26 Semed/AM; Julia Dietrich, Consultora da Organização dos Estados Ibero-Americanos  
27 para a Educação, Ciência e Cultura – OEI; Leticia Cavalcante, do Conselho Nacional de  
28 Secretários de Educação das Capitais - Consec; Paola Domingues Botelho Reis, do  
29 CNMP; e Valquindar Ferreira Mar Júnior, Secretário de Educação da Semed/AM, o  
30 Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho justificou a ausência da Conselheira  
31 Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, devido à participação em outro evento, informou  
32 que a Sessão de Trabalho se destinava ao debate do tema do acompanhamento da  
33 obrigatoriedade de cumprimento dos duzentos dias letivos e passou a condução dos  
34 trabalhos para a Conselheira Cleunice Matos Rehem que explicou a importância do  
35 acompanhamento do cumprimento da obrigatoriedade dos duzentos dias letivos. Com a  
36 palavra, apresentou o histórico da criação da comissão por meio da Portaria CNE/CEB nº



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 34, DE 9 DE JULHO DE 2025  
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

3, de vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, e recomposta pela Portaria CNE/CEB nº 5, de vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e cinco, e informou que a reunião se destinava a continuar os debates sobre: 1) a proposta inicial sobre o pacto nacional pelo acompanhamento do cumprimento dos duzentos dias letivos; 2) a necessidade de criação do observatório do cumprimento dos duzentos dias letivos; 3) a estruturação de três grupos de trabalhos com ações focadas. Em seguida, tratou da implementação do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens e destacou que o pacto nacional pelo acompanhamento do cumprimento dos duzentos dias letivos pode ser estabelecido por decreto e servir de apoio para a recomposição das aprendizagens, pois ambos apresentam convergências. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo destacou a necessidade de garantir o efetivo cumprimento dos objetivos de aprendizagens que são impactados por diversas razões. O senhor Antônio Roberto Silva Pasin expôs a incompatibilidade entre a jornada de trabalho dos estudantes que participam do Programa Jovem Aprendiz com a jornada da Educação Integral e tratou do problema da evasão escolar. Em seguida, a senhora Julia Dietrich apresentou a proposta para o pacto nacional pelo monitoramento e garantia do cumprimento dos duzentos dias letivos. A Conselheira Cleunice Matos Rehem destacou a possibilidade de realizar a coleta de informações por meio do observatório do cumprimento dos duzentos dias. Ainda com a palavra, informou a inclusão dos senhores Alessio Costa Lima e Caio de Oliveira Callegari no grupo de *WhatsApp* da comissão. O senhor Caio de Oliveira Callegari elogiou as propostas, sugeriu a integração com o trabalho capitaneado pela SEB/MEC e com o auxílio da Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais – Segape/MEC, através do Sistema Gestão Presente, que coleta dados necessários para a execução do Programa Pé de Meia. A senhora Ana Valéria Dantas reforçou a necessidade da articulação do trabalho da comissão com o Pacto Nacional da Recomposição das Aprendizagens e solicitou a inclusão de seu nome no grupo de *WhatsApp* da comissão. A senhora Josseane Costa tratou das especificidades no cumprimento dos duzentos dias letivos pelos ribeirinhos em função da sazonalidade e pediu a inclusão do Senhor Valquindar Ferreira Mar Júnior, Secretário de Educação da Semed/AM, nos grupos de trabalho. A senhora Andreia Martins de Oliveira sugeriu a inclusão dos adultos e dos idosos nos objetivos específicos, previstos na proposta do pacto nacional pelo acompanhamento do cumprimento dos duzentos dias letivos, indicou o desafio de sensibilizar os gestores e pediu detalhes sobre a dinâmica do cumprimento das etapas do Pacto de Recomposição das Aprendizagens. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo destacou que a convergência entre os pactos não significa a sobreposição, mas a conexão para fortalecimento das medidas, pois o cumprimento dos duzentos dias com a qualidade efetiva permite a aprendizagem escolar. A senhora Ana Valeria da Silva



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 34, DE 9 DE JULHO DE 2025  
Sessão de Trabalho da Câmara de Educação Básica

74 Dantas indicou que as duas políticas se apoiam e anunciou a publicação do Guia de  
75 Avaliação e Mediações Pedagógicas para a Recomposição das Aprendizagens, e do Guia  
76 de Ações Educacionais em Respostas às Emergências Climáticas, pela SEB/MEC. Tratou  
77 de um conjunto de iniciativas em curso, como a formação voltada à gestão de equidade e  
78 qualidade da educação no Brasil. A Conselheira Cleunice Matos Rehem indicou a  
79 possibilidade de elaborar uma orientação com alternativas viáveis para o cumprimento  
80 dos duzentos dias, quando as escolas forem impactadas. O Senhor Alessio Costa Lima  
81 solicitou orientações para o acompanhamento do calendário escolar e da reposição de  
82 aulas pelas secretarias de educação. Tratou da naturalização do absenteísmo escolar, no  
83 contexto posterior à pandemia da Covid-19. Tratou do Sistema Presença desenvolvido  
84 pelo MEC para acompanhar e monitorar a frequência escolar de estudantes beneficiários  
85 do Programa Bolsa Família. Sugeriu a elaboração, pelo CNE, de um documento  
86 orientador com linguagem objetiva, dirigido ao gestor escolar municipal ou estadual,  
87 sobre a importância do cumprimento dos duzentos dias letivos, objetivando promover a  
88 cultura da valorização do dia letivo. A Conselheira Cleunice Matos Rehem discorreu  
89 sobre a importância do diálogo contínuo com o MEC para tratar da possibilidade de  
90 publicação de portaria ou de decreto para reforçar a importância da adesão dos entes  
91 federativos ao pacto nacional pelo monitoramento e garantia do cumprimento dos  
92 duzentos dias letivos. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho agradeceu  
93 a presença de todos e, sem outras manifestações, a Sessão de Trabalho foi encerrada às  
94 dezessete horas e, para constar, eu, Luciana dos Santos Marvulle Bueno, lavrei esta ata  
95 que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim, e pelo Conselheiro  
96 Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Presidente da Sessão. Brasília, aos nove dias do  
97 mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.